

DIREITO INFRACIONAL

@proftorques
Prof. Ricardo Torques

INTRODUÇÃO

- ❑ CRIANÇA E ADOLESCENTE NÃO PRATICAM CRIME: entre os elementos da culpabilidade temos a imputabilidade.

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

- ❑ CONCEITO DE ATO INFRACIONAL: conduta prevista como crime ou contravenção penal quando praticada por criança ou adolescente.
- ❑ TEMPO DO ATO INFRACIONAL – Teoria da Atividade
- ❑ LIBERAÇÃO COMPULSÓRIA – art. 121, §5º, do ECA:

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

INTRODUÇÃO



CRIANÇAS



Praticam atos infracionais.



São aplicadas apenas **medidas de proteção.**

ADOLESCENTES



Praticam atos infracionais



São aplicadas **medidas socioeducativas e medidas de proteção.**

PRIVAÇÃO PROVISÓRIA DE LIBERDADE



- ☐ excepcionalidade em razão de flagrante ou ordem judiciária;
- ☐ identificação e informação sobre direitos (analogia ao art. 5º, LXIII e LXIV, da CF)
- ☐ não liberado, há comunicação imediata de familiar ou pessoa indicada;
- ☐ decisão judicial fundamentada;
- ☐ indícios de autoria e materialidade;
- ☐ por até 45 dias improrrogáveis.

PRIVAÇÃO PROVISÓRIA DE LIBERDADE



STJ – impossibilidade de prorrogação

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. MEDIDA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. ART. 108 DA LEI N. 8.069/90. 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS. PRAZO MÁXIMO ULTRAPASSADO. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

A medida cautelar de internação, antes da sentença, não pode se estender por prazo superior a quarenta e cinco dias, ex vi do art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente (precedentes).

Recurso ordinário provido para, confirmando a liminar anteriormente deferida, determinar a desinternação dos recorrentes, que deverão aguardar em liberdade a decisão final do procedimento judicial apuratório de ato infracional, salvo se estiverem internados por outro motivo.

(RHC 83.326/SE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 30/06/2017)

PRIVAÇÃO PROVISÓRIA DE LIBERDADE



- ☐ pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação;
- ☐ igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;
- ☐ defesa técnica por advogado;
- ☐ assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
- ☐ direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;
- ☐ direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
- ☐ impossibilidade de ser conduzido em compartimento fechado de veículo policial (art. 178, do ECA); e
- ☐ vedação de cumprimento da internação em estabelecimento prisional (art. 185, do ECA).